

**LEI n. 557 de 16 de agosto de 1.965.**

**Que autoriza a Prefeitura Municipal a assinar contrato de concessão com a C.T.B. para exploração do serviço telefônico.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PIEDADE:**

**Fago saber que a Câmara Municipal de Piedade decreta e eu promulgo a seguinte lei:**

**Artigo 1º) - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a assinar, com a Companhia Telefônica Brasileira, antiga concessionária e atual permissionária do serviço telefônico na cidade do Município, novo contrato de concessão para exploração desse serviço com expansão pelo sistema automático.**

**§ 1º) - O contrato a ser assinado, substituirá quaisquer outros já celebrados pelas partes e respectivos aditamentos porventura feitos.**

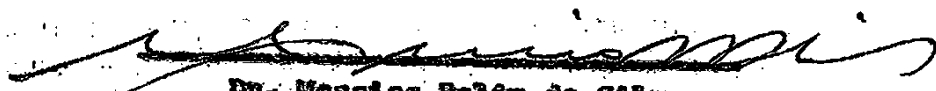
**§ 2º) - A nova concessão que será outorgada pelo prazo de trinta (30) anos, não importa em qualquer privilégio ou monopólio, reservando-se à Prefeitura o direito de fazer novas concessões ou explorar diretamente o serviço.**

**§ 3º) - A Concessionária poderá aplicar o sistema de autofinanciamento para a instalação de telefones, constituindo-se a importância que for arrecadada para esse fim numa riqueza pública municipal que deverá ser escripturada à parte do investimento próprio da Concessionária. A Concessionária terá direito à remuneração de 12% sobre o investimento feito com seus próprios recursos; sobre o investimento feito com a importância acima aludida terá direito apenas a uma taxa de administração de 3%.**

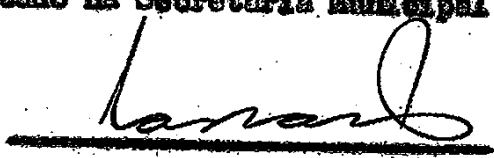
**§ 4º) - Os novos assinantes poderão transferir o seu direito à instalação ou o telefone de sua assinatura a terceiros, durante o pagamento do financiamento ou depois do telefone instalado.**

13

- § 5º) - Os atuais assinantes que o desejarem poderão continuar com o telefone manual de sua assinatura instalado, até a data da inauguração da nova rede telefônica automática quando a rede manual atual será retirada.
- Artigo 2º) - O contrato deverá conter as demais condições regulamentadas da matéria, inclusive a isenção de todos impostos municipais, durante a sua vigência.
- Artigo 3º) - O instrumento de concessão depois de assinado pelo Prefeito deverá ser submetido à homologação do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) e, finalmente, ao referendo da Câmara Municipal.
- Artigo 4º) - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Piedade, em 16 de agosto de 1.965.

  
Dr. Messias Rolim da Silva  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na Secretaria Municipal na mesma data supra.

  
Armando Pasler  
Secretário Contador